

A Psicologia Política no Interstício das Disciplinas

The Political Psychology at the
Interstice of Disciplines

La Psicología Política en el
Intersticio de las Disciplinas

La Psychologie Politique dans les
Interstices des Disciplines

Domênico Uhng Hur

duchwild@yahoo.com.br

Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, Brasil. Atualmente é professor-adjunto no curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

*Obra: No interstício das disciplinaridades:
a psicologia política*

*Organizadores: Alessandro Soares da Silva &
Felipe Corrêa*

Curitiba: Prismas, 2015.

310 páginas.

ISBN: 978-85-5507-057-0

Robert Farr (1998) em seu clássico livro “As raízes da Psicologia Social moderna” não se restringe às ideias dos grandes autores para narrar a constituição da Psicologia Social enquanto campo de saber. Além das obras, ressalta a importância do histórico, dos manuais, das primeiras disciplinas ministradas,

Resenha

oferecendo-nos um panorama detalhado. Entretanto, ele não aborda um ator social que consideramos crucial para o desenvolvimento das disciplinas e campos de saberes: a figura do agitador, do mobilizador social, do aglutinador.

E é primeiramente esse papel que atribuímos a um dos organizadores deste livro, Alessandro Soares da Silva, que desde o movimento estudantil de Psicologia tem uma participação social ativa. Por exemplo, em período de militância estudantil organizou o XVI Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia – ENEP – em Minas Gerais (1998). Quando iniciou seus estudos de pós-graduação com o Prof. Dr. Salvador Sandoval no Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP foi um dos atores protagonistas para a organização do I Simpósio Brasileiro de Psicologia Política (2000). Nesta época ainda não se destacava pela sua obra intelectual, mas pela sua vontade, determinação e carisma em organizar e aglutinar um grande grupo de pessoas em torno do campo da Psicologia Política. Logo após a organização exitosa do primeiro simpósio nacional da área, que contou com participantes de todo o país, ajudou a fundar a Associação Brasileira de Psicologia Política – ABPP (neste momento ainda era Sociedade e não Associação) e o periódico científico Revista de Psicologia Política (2001). É editor da revista desde 2008, contribuiu na organização de todos os simpósios brasileiros de Psicologia Política, bem como tem participação ativa na organização e nos encontros da recém-fundada Associação Ibero-Latinoamericana de Psicologia Política – AILPP. Possui um poder “gravitacional”, em que conseguiu aglutinar e potencializar pesquisadores de diferentes instituições, estados e países, para o foco nos estudos e pesquisas em Psicologia Política. Sem sombra de dúvidas a Associação Brasileira de Psicologia Política demoraria mais para se constituir, ou talvez nem se constituísse, se não fosse seu papel ativo neste processo.

Alessandro Soares da Silva cresceu com o desenvolvimento da Associação Brasileira de Psicologia Política. Concluiu o mestrado, doutorado e pós-doutorado na área, ingressou no corpo docente da Universidade de São Paulo, sendo hoje um dos autores da Psicologia Política mais citados no Brasil (Polo e col., 2014). Entretanto, não se acomodou unicamente no papel de autor, continua exercendo o de agitador, aglutinador e mobilizador. Entre suas diversas atividades, também é líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo – GEPSIPOLIM, contribuindo na formação de muitos estudantes e profissionais, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação.

E essa obra traz sua dupla faceta, sendo resultado de seus perfis acadêmico e de mobilização. Silva e Corrêa (2015) nos brindam com um livro primoroso, no qual as principais temáticas e autores da Psicologia Política brasileira, e internacional, estão presentes. A Psicologia Política latino-americana apenas tem a comemorar com essa nova publicação. Nessa década é a terceira coletânea de Psicologia Política publicada no país (Almeida, Silva & Corrêa, 2012; Sandoval, Hur & Dantas, 2014), e inaugura a nova coleção “Psicologia Política” da Editora Prismas. Consideramos assim que mesmo em período de crise no mercado editorial acadêmico, nosso campo de conhecimento não cessa de crescer, pois os editores continuam apostando nas publicações de Psicologia Política. Tal desenvolvimento também é expresso na consolidação e ampliação da periodicidade da Revista Psicologia Política (de semestral para quadrimestral), o aumento de grupos de pesquisa e investigadores envolvidos neste campo e a recém fundação da já citada Associação Ibero-Latinoamericana de Psicologia Política.

O livro traz uma coletânea de capítulos que buscam definir e descrever o campo, objetivos e objetos da Psicologia Política brasileira e latino-americana. Ao invés de pretender se afirmar

como mais uma disciplina, a tese dos organizadores é que a Psicologia Política nasce e se gera no interstício, no espaço “entre” as disciplinas. E é desse entre que suas práticas e estudos se desenvolvem. Portanto, não se arroga aqui a constituição da Psicologia Política enquanto uma nova disciplina, fechada, delimitada e localizada, mas sim de uma constituição que perpassa a heterogeneidade e pluralidade do encontro das distintas disciplinas, como a Filosofia, Ciências Sociais, Politologia, Comunicação Social, Psicologia, entre outras. É antidisciplinar, ou melhor, entredisciplinar. Não tem um lugar fixo, mas assume uma mobilidade de acordo com as diferentes *bricolagens* disciplinares. Não é fechada e consolidada, mas aberta a experimentações e criações. Não é um mero espaço de passagem, tal como uma encruzilhada, mas é um campo marcado pela complexidade do encontro das diferenças. Possui um compromisso ético-político com a transformação, a mudança social e a construção de uma sociedade mais justa. O primeiro capítulo, “A Psicologia Política: ser/estar nos interstícios das disciplinaridades”, de Alessandro Soares da Silva, traça esta discussão, iniciando com um amplo histórico da Psicologia Política. Aborda autores clássicos como Gustave Le Bon, mas também livros publicados no início do século XX por autores, precursores da Psicologia Política, não tão conhecidos, como Émile Boutmy, Nicolà Forneli, Elói Luis André e os brasileiros Victor de Britto e Francisco José Oliveira Vianna. Atualiza a definição seminal de Le Bon, da Psicologia Política ser a ciência do governo, para a questão de uma participação social efetiva nas políticas públicas. Focando, assim, não mais o olhar do governante, do Estado, mas da população e dos movimentos sociais que passam a fazer parte das dinâmicas de luta e participação nas políticas públicas. O texto também narra a história presente da Psicologia Política, citando o desenvolvimento da ABPP e da AILPP, mostrando seu crescimento e consolidação no continente. Seguramente este capítulo traz pistas para que outros pesquisadores foquem suas atenções à constituição de uma nova linha de pesquisa: a “*História da Psicologia Política*”.

O segundo, intitulado “Para que Psicologia Política”, de autoria de Maritza Montero, é uma tradução de artigo originalmente publicado na Revista Psicologia Política (Montero, 2009). A autora foi a primeira presidente latino-americana da International Society of Political Psychology (ISPP) e organizou duas coletâneas muito importantes sobre a Psicologia Política latino-americana (Montero, 1987; 1991). A partir de suas mais de três décadas de experiência e reflexões sobre o campo realiza uma discussão acerca das definições e objetivos da Psicologia Política, citando autores clássicos e tecendo suas próprias considerações. Dentre as diferentes definições da Psicologia Política, que passam desde a mera inter-relação entre dois campos a princípio segmentados, psicologia e política, a autora propõe a seguinte definição para a Psicologia Política, que converge com o mote geral deste livro:

Um espaço multidisciplinar que se ocupa de descrever, analisar e explicar os fenômenos que dizem respeito à vida pública em função das prescrições sociais geradas para organizar essa vida, e dos mecanismos de poder que nela operam, considerando os recursos comunicacionais, de persuasão e de força dedicados nesse espaço. (Montero, 2015:48)

Dentre os objetivos da Psicologia Política, Montero (2015) não se restringe a realizar uma caracterização epistemológica, ou ontológica, mas ressalta principalmente seu escopo ético-político na América Latina, ao inspirar-se na obra de Ignacio Martín-Baró e sua Psicologia Social da Libertação. Portanto, as temáticas de investigação estão relacionadas à emancipação, cidadania, fortalecimento da sociedade civil, organização comunitária, desideologização e conscientização. Em seu texto também alerta para efeitos contraditórios

que podem emergir das práticas, quando relacionadas ao mercado, ou mesmo por filiações políticas que obnubilam a análise. Para concluir, ressalta a importância do compromisso ético-político da Psicologia Política para um projeto de empoderamento coletivo e social.

O texto seguinte, “Psicologia Política e subjetividade dos atores políticos: uma perspectiva psicanalítica” de Ernesto Pacheco Richter, busca articular a Psicologia Política ao referencial teórico psicanalítico. Realiza seu trabalho através de dois eixos: em um, referencia-se em filósofos e autores clássicos que versam sobre a relação entre política e subjetividade e, no outro, revisita autores e concepções clássicas da psicanálise que podem se articular a processos políticos. Em sua reflexão, Sigmund Freud ocupa lugar central, principalmente os trabalhos sobre a moral sexual civilizada (1908/1976) e a psicologia das massas e análise do Eu (1921/1976). Cita trabalhos clássicos de autores que articulam psicanálise e psicologia política como D. Lasswell, E. Erikson, F. Greenstein, entre outros. Consideramos que realiza um trabalho de uma outra possível nova linha de pesquisa, “*Fundamentos da Psicologia Política psicanalítica*”, expressando assim como os saberes de outra disciplina, a psicanálise, podem contribuir para a ampliação do escopo da própria Psicologia Política. Tal articulação vem ganhando espaço na Psicologia Política brasileira, em que seu número de publicações vem aumentando, por exemplo, com o Dossiê psicanálise e política na Revista Psicologia Política nº 19, ou com artigos “soltos” (cf. Morgado, 2001; Machado, 2002; Domingues, 2004; Arán, 2011; Richter, 2013; Hur, 2014). Mas ressaltamos que as referências à psicanálise ainda estão mais nos seus autores clássicos, ao invés de temáticas psicanalíticas mais relacionadas a questões psicopolíticas. E de certa forma, se utilizarmos terminologia de Farr (1998), a Psicologia Política psicanalítica se aproxima mais de uma Psicologia Política psicológica, ao invés de uma Psicologia Política sociológica, que é tendência mais desenvolvida no país.

O quarto capítulo, “Teoria dos Movimentos Sociais e Psicologia Política”, de autoria de Felipe Corrêa e Marco Antonio Bettine de Almeida, traça as relações entre Psicologia Política, movimentos sociais e poder, sendo originalmente publicado na Revista Psicologia Política (Corrêa & Almeida, 2012). Realiza revisão bibliográfica sobre distintas concepções sobre movimentos sociais, diferenciando em cinco tipos: as Abordagens psicológicas, a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, a Teoria do Processo Político e a Teoria do Conflito Político. A primeira aborda o fenômeno político através do primado do psicológico; a segunda por uma perspectiva estrutural; a terceira pelos fenômenos simbólicos, culturais e ideológicos; a quarta pela perspectiva da racionalidade e lógica do processo político; e, finalmente, a última é vista como um desenvolvimento da terceira e quarta, e que adota uma perspectiva relacional e de interdependência. Os autores compreendem a Psicologia Política como um campo interdisciplinar de estudos sobre o poder e que apreende os movimentos sociais superando as dicotomias numa perspectiva relacional e de interdependência entre as três esferas sociais (econômica, política-jurídica-militar e cultural-ideológica). Consideramos que seria interessante ao capítulo desenvolver mais a concepção de poder, principalmente em sua relação com a dominação. Pois o texto ao mesmo tempo trabalha a relação bipolarizada dominador/dominado com a concepção foucaultiana de poder do psicólogo social, e anarquista, T. Ibáñez.

O quinto capítulo, “A oferta e a demanda da participação: os correlatos psicossociais da participação nos movimentos sociais”, é de autoria do holandês e ex-presidente da ISPP Bert Klandermans, sendo a versão traduzida ao português de Klandermans (2002). Nele, através de primorosa e atualizada revisão bibliográfica sobre estudos recentes no campo, discute sobre a

dinâmica da participação política em movimentos sociais. Klandermans trabalha o problema da participação política a partir de uma metáfora trazida da economia, através da relação demanda-oferta. A primeira instância, *demanda*, refere-se às reivindicações que o movimento social e seu participante possuem. A segunda instância, *oferta*, discute o que a participação no movimento oferece a seus atores sociais. Estas duas instâncias são apreendidas por três categorias: instrumentalidade, ou seja, o que a ação política pode efetivar; identidade, que se refere aos traços identitários comuns ao grupo; e ideologia, que consiste no conjunto de significados que atribuem à sociedade e ao mundo. As demandas e ganhos da participação política podem se referir a cada uma destas três categorias (ou mesmo a todas). Por exemplo, muitas vezes o ganho na participação política não provém de sua instrumentalidade, mas pelo sentimento de pertencimento a um grupo, ou seja, pela questão da identidade. Já a mobilização, para o autor, é o que efetiva a ligação entre a demanda e a oferta. Este é um capítulo fundamental para entender a dinâmica motivacional da participação política do ator social.

O texto seguinte revisita uma noção clássica da Psicologia Política brasileira, que influenciou diretamente dezenas de pesquisas e produções no país: o modelo da consciência política de Salvador Sandoval (2001). Sandoval explica a gênese do modelo:

Optamos por formular um modelo psicopolítico do pensar das pessoas com a finalidade de oferecer um instrumento conceitual para instrumentalizar a análise da consciência ou das consciências das pessoas que agem politicamente; ao mesmo tempo, queremos propor um instrumento conceitual que também ofereça elementos sobre esses olhares e que possa subsidiar propostas de intervenções para a promoção de processos de conscientização nos contextos de organizações populares. (2015:179)

Sandoval (2015) nos ensina que este modelo congrega um conjunto de dimensões psicopolíticas acerca da consciência política do indivíduo sobre a sociedade e de si-mesmo, bem como sua predisposição para participar politicamente. Propõe sete dimensões que retomam proposições clássicas da Psicologia Política: identidade coletiva, crenças e expectativas societárias, interesses coletivos e adversários, eficácia política, sentimentos de injustiça, vontade de agir coletivamente e metas e repertórios de ações do movimento social. Para elucidar o potencial analítico do modelo da consciência política, Sandoval (2015) analisa o declínio das mobilizações políticas e da participação de trabalhadores em atos organizados por sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores – CUT – no período da intensificação do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990. O repertório interpretativo proporcionado pelo conjunto destas sete dimensões analíticas fornece uma “foto” das representações e concepções psicopolíticas de determinado movimento social, aprofundando o entendimento da diminuição ou o aumento da participação política, bem como de seu grau de consciência. Devido a eficácia do modelo de consciência política de Sandoval é que ele vem sendo utilizado como instrumental de análise por muitos pesquisadores da Psicologia Política no Brasil, revelando-se como uma ferramenta indispensável. Este modelo denota como a Psicologia Política no Brasil é criativa e propositiva, em que Sandoval (2001, 2015) elabora de forma original e singular importante instrumental analítico para a compreensão e elucidação de processos psicopolíticos, não ficando restrito a processos estruturais, mas também apreendendo aspectos cognitivos, de crenças e condutas do coletivo social.

O sétimo capítulo, “Políticas públicas no enfoque da Psicologia Política”, de Telma Regina de Paula Souza, realiza uma análise sobre os desafios da participação social nas

políticas públicas. Destaca que mesmo sendo ações do Estado, as políticas públicas possibilitam à sociedade poder participar nas definições e encaminhamentos de deliberações públicas. Entretanto, há muitos desafios neste processo de participação, pois muitas vezes o Estado mantém uma lógica verticalizada e burocratizada em relação à sociedade civil, ou concretiza um tipo de gestão, que a autora denomina de “democracia gerencial”. Este tipo de gestão, calcado na lógica de uma racionalidade governamental de mercado, afasta-se de uma democracia participativa radical, na qual deveria haver uma verdadeira partilha do poder entre Estado e sociedade civil. Ressalta assim o papel da Psicologia Política, enquanto “comprometida eticamente com a subjetivação-objetivação humano-genérica” (Souza, 2015:232), para o fomento de inovações democráticas, que ampliem a participação social e constitua uma democracia participativa, diferente da democracia gerencial instrumental em voga. Este texto cumpre importante função de discussão crítica sobre as políticas públicas, oferecendo assim importante referencial teórico para o montante de pesquisas que vem sendo realizado sobre a temática na Psicologia Política brasileira,

O oitavo capítulo, “Consciência, participação política e serviço público entre agentes de apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, Brasil”, de Alessandro Soares da Silva e Inácio Ferreira Júnior, retrata os efeitos dos processos de reforma administrativa e terceirização dos serviços adotados pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Escolhem para a análise funcionários públicos que ocupam o cargo de agente de apoio, o qual sofreu grande alteração na reforma. Por meio do modelo de consciência política de Sandoval analisam os discursos de agentes de apoio para discutir suas representações e concepções políticas acerca das (des)mobilizações dos trabalhadores e do papel do seu sindicato. Este texto oferece uma rica análise de como os processos de terceirização na administração pública, e seus processos de flexibilização, trazem efeitos perversos aos trabalhadores, e que merecem ser mais investigados.

O último capítulo, “A primavera ‘invernal’ brasileira: uma esfera pública radical em disputa”, de Dennis de Oliveira, discute a atual conjuntura das manifestações políticas brasileiras, considerando as mobilizações de 2013. Compreende que as manifestações recentes trazem um novo tipo de ator político, bastante jovem, sem a orientação de um comando central e eminentemente arredio aos partidos políticos, podendo até assumir posturas autoritárias e intolerantes contra eles. Oliveira considera que a emergência deste novo ator está relacionada a dois principais fatores: primeiro, de uma espécie de giro político, em que a plataforma de governo do PT não prioriza mais questões relacionadas aos conflitos de classe, mas sim de uma gestão do social mais competente (com o discurso do mercado); e, segundo, do que o pensamento pós-moderno descreve sobre a entrada num terceiro momento denominada aqui como Era informacional. Nesse novo período, a organização em redes se amplifica com o desenvolvimento das tecnologias e o aumento da velocidade da circulação das informações. Portanto, tais fatores fazem com que “todos potencialmente possam ser protagonistas, reduz o poder e o prestígio de instituições mediadoras clássicas da sociedade liberal, como os partidos, as organizações de representação social e a própria mídia hegemônica” (Oliveira, 2015:298). Ao mesmo tempo em que há este descrédito com as instituições tradicionais, com a intensificação do neoliberalismo há um retorno do conservadorismo, com uma intolerância e agressividade em relação à diferença, dificultando assim o debate político. Oliveira descreve uma problemática que está longe de ser solucionada e é de extrema importância que pensadores e técnicos sociais continuem atentos ao seu desenrolar.

Entendemos que este livro é leitura obrigatória para estudiosos da Psicologia Política, pois traz definições e conceitos centrais sobre o campo, bem como analisa acontecimentos sociais e políticos atuais extremamente relevantes e que merecem mais investigações. Na maior parte dos capítulos constata-se que a intensificação do neoliberalismo foi um processo protagonista na reconfiguração de forças na sociedade, seja com as medidas de flexibilização das estruturas sociais, com a precarização do lugar do trabalhador e dos direitos sociais, ou mesmo da substituição do *político* no Estado, pela *gestão* do Estado. Percebemos hoje que há toda uma ênfase na gestão, na competência e nos processos gerenciais na política, que em outro trabalho denominamos como emergência de uma tecnopolítica (Hur, 2013), do declínio das ideologias e plataformas políticas na governabilidade social para o desenvolvimento de saberes e técnicas para uma gestão mais “competente” do social, em que a máxima é que haja maior produção. Esse movimento de “neoliberalização” da vida segue o funcionamento do que Deleuze e Guattari (1972/1976) denominam de axiomática do Capital, na qual há um declínio dos antigos códigos sociais para a primazia dos princípios do capitalismo, que levam a essa hiper-produtividade incessante e interminável (Hur, 2015). Portanto, perguntamos, qual é o papel da Psicologia Política neste contexto? Será que se posicionar no interstício também não é um efeito da mesma axiomática do Capital, em que se assume a posição pós-moderna da pluralidade e complexidade, para se esquivar de uma posição anticapitalista? Ou mesmo, quando no primeiro capítulo se exalta a questão da participação nas políticas públicas, será que não se assume assim uma posição pró-Estado, ao invés de anti-Estado? Será que a Psicologia Política expressa neste livro está a serviço da reprodução do *status quo*, ou da transformação social como todos os capítulos preconizam?

Estas são apenas algumas questões provocativas que associamos após a primeira leitura deste livro. Compreendemos que por mais que a obra apresente consistência e coerência entre os diferentes capítulos, seus distintos autores assumem diferentes posições teóricas e políticas. Constatamos aqui que o nosso desafio como área intersticial de conhecimento é como se dará essa ampliação do campo. Posicionar-se no interstício das disciplinaridades nos faz um saber interdisciplinar, multidisciplinar ou transdisciplinar? Consideramos que seu crescimento não se dará seguindo apenas um único eixo, mas será que essa amplitude e intersticialidade demasiada não pode fazer com que incorra em um crescimento futuramente segmentado e fragmentado?

Consideramos que a Editora Prismas acertou em cheio na iniciativa de criar uma coleção de Psicologia Política e esperamos que muitos títulos venham a ser publicados, para ampliar ainda mais o registro e difusão do nosso campo entredisciplinar e intersticial de saberes. Aproveitamos para reforçar que a figura do(s) mobilizador(es) nas associações científicas e de pesquisa são fundamentais e geralmente esquecidas na história da psicologia. Exaltamos a função de agitador que Alessandro Soares da Silva assumiu, mas sabemos que há muitos outros agitadores que não foram nomeados do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais da PUC-SP, do GEPSIPOLIM da USP, de outros grupos de pesquisa da Psicologia Política brasileira, bem como das diretorias da ABPP. Esperamos que tal ação de mobilização político-acadêmica continue, pois é ela o principal motor do nosso desenvolvimento e crescimento e que dará frutos a outras obras e autores futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Marco A. B. de., Silva, Alessandro Soares da., & Corrêa, Felipe. (Orgs.). *Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo: Edições EACH. Acessado em: 05 de fevereiro de 2015, de: <http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf>.
- Arán, Márcia. (2011). Políticas do desejo na atualidade: a psicanálise e a homoparentalidade. *Revista Psicologia Política*, 11(21), 59-72. Acessado em: 13 de fevereiro de 2015, de: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100006&lng=es&tlng=pt>.
- Corrêa, Felipe., & Almeida, Marco A. B. de. (2012). Teorias dos movimentos sociais e Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, 12(25), 549-570. Acessado em: 27 de agosto de 2014, de: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000300011&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>.
- Deleuze, Gilles., & Guattari, Félix. (1972/1976). *Capitalismo e Esquizofrenia: o anti-édipo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Domingues, Eliane. (2004). A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise. *Revista Psicologia Política*, 4(8), 169-190.
- Farr, Robert M. (1998). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freud, Sigmund (1908/1976). *Moral Sexual Civilizada. Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, Sigmund. (1921/1976). *Psicologia de Grupo e análise de Ego. Edição Standard brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Hur, Domenico Uhng. (2013). Tecnopolítica: da guerrilha armada à gestão da vida. *Polis e Psique*, 3(2), 4-25. Acessado em: 08 de agosto de 2015, de <<http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/38487/26486>>.
- Hur, Domenico Uhng. (2014). Memória e esquecimento: pacto denegativo e contrato narcísico guerrilheiro. *Revista Psicologia Política*, 14(31), 481-498. Acessado em: 08 de agosto de 2015, de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.
- Hur, Domenico Uhng. (2015). Axiomática do capital e instituições: abstratas, concretas e imateriais. *Polis e Psique*, 5(3), 156-178. Acessado em: 27 de outubro de 2015, de: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/58450>>.
- Klandermans, Bert. (2002). The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement. *Revista Psicologia Política*, 2(3), 83-114.
- Machado, Marília N. da M. (2002). Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis. *Revista Psicologia Política*, 2(2), 297-304.
- Montero, Maritza. (Org.). (1987). *Psicologia Política Latinoamericana*. Caracas: Panapo.
- Montero, Maritza. (Org.). (1991). *Acción y discurso: problemas de psicología política en América Latina*. Caracas: Eduven.
- Montero, Maritza. (2009). ¿Para que Psicología Política? *Revista Psicologia Política*, 9(18), 199-214.

- Montero, Maritza. (2015). Para que Psicologia Política? Em Alessandro Soares da Silva., & Felipe Corrêa. (Orgs.), *No interstício das disciplinaridades: a psicologia política* (pp. 39-64). Curitiba: Prismas.
- Morgado, Maria A. (2001). Violência institucional, identificação e direitos humanos. *Revista de Psicologia Política*, 1(1), 127-138.
- Oliveira, Dennis de. (2015). A primavera “invernal” brasileira: uma esfera pública radical em disputa. Em Alessandro S. da Silva., & Felipe Corrêa. (Orgs.), *No interstício das disciplinaridades: a Psicologia Política* (pp. 285-308). Curitiba: Prismas.
- Polo, Lucila., & Godoy, Juan Carlos., Imhoff, Débora., & Brussino, Silvina. (2014). Following the tracks of an emerging area: bibliometric analysis of Latin American Political Psychology in the 2000-2010 period. *Universitas Psychologica*, 13(5), 2047-2057.
- Richter, Ernesto P. (2013). Psicologia política e a teoria freudiana. *Revista Psicologia Política*, 13(28), 421-475. Acessado em: 13 de fevereiro de 2015, de: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300002&lng=es&tlng=pt>.
- Sandoval, Salvador A. M. (2001). The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. *Revista de Psicologia Política*, 1(1), 173-195.
- Sandoval, Salvador A. M. (2015). A Psicologia Política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990. Uma análise da consciência política num momento de desmobilização. Em Alessandro Soares da Silva., & Felipe Corrêa. (Orgs.), *No interstício das disciplinaridades: a Psicologia Política* (pp. 175-218). Curitiba: Prismas.
- Sandoval, Salvador A. M., Hur, Domenico Uhng., & Dantas, Bruna S. A. (2014). *Psicologia Política: temas atuais de investigação*. Campinas, SP: Alínea.
- Silva, Alessandro Soares da., & Corrêa, Felipe. (2015). *No interstício das disciplinaridades: a psicologia política*. Curitiba: Prismas.
- Souza, Telma R. P. (2015). Políticas públicas no enfoque da Psicologia Política. Em Alessandro S. Silva., & Felipe Corrêa. (Orgs.), *No interstício das disciplinaridades: a psicologia política* (pp. 219-238). Curitiba: Prismas.

• Recebido em 11/08/2015.

• Aceito em 18/09/2015.